



SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ativismo online pelo site Avaaz

Ana Carolina Moreira Miola

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: anamiola@hotmail.com

Jordana de Oliveira

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: jordanadeoliveira@hotmail.com

Maria Lucia Becker

Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: marialuciabeker@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto visa elucidar questões relativas as categorias de sociedade civil, relacionada com os Movimentos Sociais e Novos Movimentos Sociais. Para tal, se utiliza de autores como Duriguetto (2010) e Maria da Glória Gohn (1997), com discussões pertinentes à temática. Em um segundo momento, apresenta-se o site de mobilização online Avaaz, expondo suas características e petições que o caracterizam como possível ferramenta para Novos Modelos de Movimentos Sociais. Neste estudo, buscou-se uma revisão teórica, utilizando o do site Avaaz exemplo para corroborar pontos levantados bibliograficamente. Foi possível depreender que o site pode ser utilizado como instrumento de mudança, sem limites geográficos para onde suas causas podem alcançar. No entanto, o Avaaz releva que para mudar a realidade da sociedade, esta deve participar e não permanecer apenas no plano virtual.

Palavras-chave: sociedade civil, movimentos sociais, Avaaz.

CIVIL SOCIETY AND SOCIAL MOVEMENTS: Online activism by the site Avaaz

Abstract: This paper aims to clarify issues regarding the categories of civil society, related with Social Movements and New Social Movements. For such, uses as authors Duriguetto (2010) and Maria da Glória Gohn (1997) with relevant discussion to the theme. In a second step, we present the online mobilization site Avaaz, exposing its features and applications that characterize it as a possible tool for New Models of Social Movements. It was possible to conclude that the site can be used as an instrument of change, without geographical boundaries where its causes can achieve. However, the Avaaz reveals that to change the reality of society, it must participate and not remain only in the virtual plane.

Keywords: civil society, social movements, Avaaz.

Como citar este artigo:

MIOLA, A. C. M.; OLIVEIRA, J.; BECKER, M. L. SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ativismo online pelo site Avaaz. *Luminária*, União da Vitória, v.17, n. 2, p. 46-55, 2015.

INTRODUÇÃO

Vivemos num momento social denominado de hipermodernidade onde os sujeitos são altamente influenciados pela mídia e pelos posicionamentos que estas colocam acarretando também em influências na cultura. Os sujeitos que são formados nesta sociedade hipermoderna possuem opiniões líquidas, são volá-

teis, já não ficam mais as suas raízes (NOGUEIRA, 2013). Paradoxalmente a isto, estes mesmos sujeitos parecem ser críticos e sensíveis. E apesar de ser uma sociedade que é formada por um mosaico de opiniões e ideários, de alguma forma esta 'confusão' acaba sendo coesa e segue um tipo de ordem. O sujeito formado na hipermodernidade vive

situações extremas, ao mesmo tempo que é indiferente com o meio também se preocupa com o que acontece em sua volta. É um sujeito consciente e ao mesmo tempo alienado. “*A modernidade tornou-se tragédia e possibilidade, “confusão” e criatividade, cálculo e improvisação*” (NOGUEIRA, 2013, p. 187).

Um dos problemas acarretados pela hipermodernidade é que fica cada vez mais difícil de desvelar qual é a opinião dos sujeitos a respeito da esfera pública (NOGUEIRA, 2013). Neste contexto, o presente texto visa elucidar as categorias de sociedade civil e movimentos sociais, com vistas a discutir os Novos Movimentos Sociais, a partir do estudo do site de ativismo Avaaz. Para isto iniciamos, no escopo do artigo, uma discussão acerca da sociedade civil e democracia, em seguida abordamos a temática de movimentos sociais e novos modelos de movimentos sociais para poder partir para a análise do site Avaaz e finalizar a discussão com as considerações finais. O presente artigo resultou da proposta da disciplina de Sociedade Civil e Democracia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e teve como objetivo elucidar questões relativas as categorias de sociedade civil, relacionada com os Movimentos Sociais e Novos Movimentos Sociais. Como metodologia utilizamos de pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo.

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA

A Sociedade Civil possui papel importante no palco da luta pela democracia, pois nela estão inseridas não apenas os atores, mas também o campo de ação destes e, além disto, ela é um importante instrumento para a democracia e nela estão inseridas relações de poder desiguais e em grupos que se formam a partir de afinidades. A Sociedade Civil possui grande potencialidade, pois tem o poder de delimitar as ações do Estado. Porém, ela não é hegemônica e utilizar o termo ‘sociedade civil organizada’ seria cair no engano. A categoria Sociedade Civil possui diversas concepções que foram elaboradas a partir do cunho teórico e da linha seguida pelos autores que a partir de seus questionamentos contribuíram com a concepção da categoria. Tais discussões vem

acontecendo a partir o século XVIII e desde então veio constituindo-se ‘como fato histórico e teórico’ (BECKER, 2010, p. 1).

Portanto é importante olhar para o passado e conhecer os precursores do categoria sociedade civil, como por exemplo os jusnaturalistas, Thomas Hobbes e John Locke, que acreditavam que a sociedade civil, *societas civilis*, contrapõe o que eles denominam de sociedade natural que é a sociedade sem leis. Para eles, a sociedade civil ou o Estado tem o papel de regulador da convivência dos indivíduos para lhes garantir um estado de ‘não guerra’ garantindo a paz (BOBBIO, 1994). Para os jusnaturalistas a Sociedade Civil nasce para ser o poder regulador das relações entre os homens, é uma sociedade que ao mesmo tempo que é política é civilizada. Os jusnaturalistas consideram ainda que o Estado ou a Sociedade Civil tem sua instituição através de um pacto social realizado entre os homens voluntariamente visando a proteção de sua propriedade (BOBBIO, 1994).

Para Hobbes (2001), a sociedade civil é oriunda do pacto realizado entre os homens dando a estes uma liberdade civil artificial, pois para o homem viver em sociedade é mais fácil e seguro porque não existe a predisposição para a guerra que propicia uma vida sórdida, sem desenvolvimento e confiança. Esta vivência oriunda do pacto passa a ser uma condição de existência para ele, pois antes do pacto o que prevalecia eram as leis naturais que consistiam em leis que não estavam escritas em lugar algum. Hobbes (2001) acredita também que a preservação da sociedade civil está diretamente relacionada à justiça, sendo a primeira dependente da segunda. O governo defendido por Hobbes (2001) deve ser detentor de poder absoluto.

John Locke (1991) tem uma concepção de sociedade civil semelhante à de Hobbes. Locke também defende que a sociedade civil é o oposto do estado de natureza, mas diferente de Hobbes, não acredita que o estado de natureza seja necessariamente um estado de guerra e reconhece que o estado de natureza não é essencialmente algo bom ou passivo, pois pode levar os homens a serem corrompidos pelas suas paixões. Locke (1991) afirma que a solução para isto é a instituição de um gover-

no, porém diferente de Hobbes (2001), acredita que este governo não deve deter poder absoluto.

Rousseau utiliza a terminologia de Sociedade Civil no sentido de sociedade civilizada e apesar do pensador apontar como civilizada, ele ainda não a vê necessariamente como uma sociedade política que só passará a existir após o contrato social “(...) e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil” (BOBBIO, 1994, p. 1207-1208). Rousseau (2003) coloca que é na transição do estado de natureza para o estado civil que ocorreu notável mudança no homem, pois este deixou de agir por instinto e passou a ter suas ações pautadas na justiça e na moral. Rousseau (2003) defende ainda que o Estado será formado pela vontade geral dos homens. A Sociedade Civil de Rousseau para Hobbes consiste em uma sociedade natural.

O pensador Hegel também discute sobre a Sociedade Civil em seu trabalho e aponta que esta consiste em um instrumento de pacificação dos conflitos das lutas de classes. Hegel define Sociedade Civil como sendo o estado externo ou do intelecto e acredita que lhe falta organicidade para ser um Estado. Para Hegel a Sociedade Civil é “(...) uma primeira mediação na solução pacífica dos conflitos através da instauração da lei e da sua aplicação” (BOBBIO, 1994, p. 1208). Segundo Becker (2010), os questionamentos e conceitos colocados por Hegel acerca da categoria são os mais próximos do uso que fazemos dela no mundo contemporâneo.

A Sociedade Civil, para Marx [19--], consiste no conjunto “[...] das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas” (p.58). A terminologia de sociedade civil, segundo Marx (ano) surgiu no século XVIII no momento que foram deixadas para trás as relações proprietárias da forma como era realizada na era medieval. Além disto, para o autor aponta que o desenvolvimento da Sociedade Civil ocorreu apenas com a burguesia. Para Marx é no palco da Sociedade Civil em que as relações econômicas se dinamizaram caracterizando a estrutura das sociedades (BOBBIO, 1994).

Além da contribuição dos autores acima

citados quando se fala de Sociedade Civil um pensador muito utilizado como embasamento teórico em pesquisas consiste em Habermas, o qual fez contribuições importantes para a categoria aqui discutida. Habermas ao discutir a Sociedade Civil tem como categoria central a comunicação e coloca que a Sociedade Civil consiste no palco das relações humanas. Para o autor, a Sociedade Civil é uma parte institucionalizada do que denomina de ‘Mundo da Vida’ (racionalidade comunicativa), local onde a intersubjetividade dos sujeitos desdobram-se e progridem, é também o palco da cultura e dos valores. No Mundo da Vida ocorre a comunicação que será o meio pelo qual os sujeitos buscarão entrar em comum acordo em busca de um consenso. “Para o autor, portanto, o ‘Mundo da Vida’, é a esfera social onde ocorre o ‘agir comunicativo” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 71).

É no Mundo da Vida que estão localizados e inseridos as “(...) associações voluntárias dotadas de autonomia e auto-organização em relação ao mercado e ao Estado, o que Habermas denomina de Sociedade Civil”. Para Habermas, a Sociedade Civil consiste em uma esfera de ‘solidariedade social (DURIGUETTO, 2008, p. 85). O Mundo da Vida consiste em um dos dois sistemas gerados a partir de uma diferenciação entre estruturas que foram desenvolvidas e sustentadas pela sociedade moderna. O outro sistema consiste no “(...) sistema da economia e da administração pública, em que os indivíduos se orientam estrategicamente pela busca do lucro e do poder político (racionalidade instrumental (...))” (DURIGUETTO, 2008, p. 85). Portanto, para Habermas

A sociedade civil [...] compõe-se, assim, de diferentes movimentos, associações e organizações voluntárias ‘especializadas na geração e propagação de convicções, e, descobrir temas de relevância para o conjunto da sociedade, em interpretar valores, produzir bons fundamentos, desqualificar outros (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 71).

A Sociedade Civil para Habermas tem o papel de observar e captar os problemas sociais e fazer com que estes sejam devidamente ecoados para o Estado. Esta ação teria como propósito um ‘deslocamento de pesos’ das relações de ‘dinheiro, poder administrativo e solidariedade’ (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 72). Habermas aponta ainda que a Sociedade Civil está atrelada ao funcionamento do Estado de forma direta, e não o contrário, pois a Sociedade Civil consiste na intermediadora entre as esferas pública e privada “(...) fazendo a institucionalização dos discursos” (BECKER, 2010, p. 8). Habermas, a partir da década de 70 e em especial na década de 90, revisa suas discussões sobre a categoria sociedade civil e esfera pública onde a definiu “(...) como uma mediação entre a sociedade civil e o Estado/sistema político (...)”. A renovação na discussão da categoria está atrelada ao que veio a ser chamado de novos movimentos sociais, o qual discutiremos mais a frente, e a “(...) colocação da democracia como objeto de debate e de luta em todo o mundo a partir de um conjunto de acontecimentos históricos (...)” (BECKER, 2010, p. 8).

MOVIMENTOS SOCIAIS

Partindo-se do entendimento de sociedade civil em Habermas, vamos pensar em algumas perspectivas para as teorias dos movimentos sociais. Estes são manifestações antigas da sociedade, que unem-se em prol de elementos e causas em comum. Como Touraine (1973) define, os movimentos sociais se baseiam em ter um opositor em comum, compartilham uma identidade, são articulados de acordo com uma visão de Mundo específica. Estes grupos dividem demandas específicas, e para tal, é necessário haver uma carência não atendida ou projetos de uma utopia, sendo que esta carência pode se dar no âmbito dos bens materiais ou dos simbólicos. Maria da Glória Gohn (1997) conceitua os movimentos sociais como sendo “(...) sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Para se analisar os movimentos sociais, devemos observá-los tanto do âmbito interno, quanto do externo, analisando a presença intrínseca da luta de

classes. Podem-se ser observados pelo viés do princípio articulatório que os aglutina ou da origem social dos participantes, sendo que esta origem é dada pelas classes sociais e camadas que delas cada sujeito participa. Entende-se o pressuposto de que os movimentos podem ser significativos em si próprios, podendo oferecer entendimentos sobre suas origens e orientações (GOHN, 1997).

Um movimento é visto (como diria um francês) como um *personagem* que atua na cena histórica com uma unidade de consciência e ação que está longe de se afastar da fragmentação atual e da pluralidade de um movimento social empírico. Os movimentos dispõem uma grande parte de seus recursos tentando manter sua unidade e conseguir uma certa homogeneidade com um campo social composto de vários elementos. (MELUCCI, 1989, p. 2).

Ainda que de maneira menos sistematizada, os Movimentos Sociais são antigos – mesmo que em alguns casos se insistam em estudá-los principalmente depois da Revolução Industrial, quando se intensifica a questão trabalhista. Tem-se registros de movimentos, por exemplo, no Brasil, que datam do século XVI, com a revolta dos indígenas e seu agrupamento contra as condições de trabalho apresentadas.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidas por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjunção de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até

as regras que moldam suas vidas.
(CASTELLS, 2013, p. 161).

Os movimentos são lembrados de maneira mais incisiva a partir da Revolução Industrial porque esta marca a transição de uma sociedade rural para urbana, com postos de trabalho concentrados em um mesmo espaço, aflorando questões trabalhistas e a luta de classes. Sendo denominados de operários, começam a vivenciar uma realidade diferenciada da proporcionada em outros tempos: maior número de horas trabalhadas, condições insalubres, novos modos de exploração da força de trabalho. Também eclodiam problemas sociais de moradia, trabalho infantil e de mulheres, saneamento básico nas cidades. Ou seja, uma série de fatores e mudanças que trazem para o cenário social uma gama de debates e/ou necessidades que afloram com as mesmas. “Para responder a tais situações, os trabalhadores, de acordo com o momento histórico e as condições objetivas e subjetivas, criaram diferentes formas de organização e objetivos de luta” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 228).

No Brasil, a classe trabalhadora no início do século XIX não chega na casa dos 100 mil, enquanto na década de 60 este número triplica. Para consolidação deste conjunto de trabalhadores no país, foi essencial o movimento imigratório, que cresceu o número de trabalhadores não apenas em números, mas também com pessoas que já tinham tido contato com o mesmo na Europa (principal local da vinda de imigrantes no período). Aqui ainda se centra o debate na questão da luta de classes e sua contradição capital/trabalho (GOHN, 1997). Neste início de século, um dos movimentos mais representativos – além dos trabalhadores – o camponês, que se reconfigura e permanece em voga até os dias de hoje. Portanto, podemos citar este movimento para exemplificar a formação deste na época e sua configuração. Nesta leva de movimentos sociais denominados clássicos, a sua formação e objetivos era unificada (não-individualizada), com articulação de líderes e em manifestações públicas. Todos seguiam em prol de diretrizes comuns a todos, podendo ser movimentos institucionalizados ou não.

O poder local, entendido em um contexto mais amplo que o geográfico, passa a ser entendido como espaço de gestão político-administrativas, em um sentido de força social organizada como participação popular. No século XX, nesta nova definição de poder local, a cultura detém papel importante, bem como novas redes da sociedade. Este debate proporciona também maior discussão da esfera pública. “Trata-se de uma esfera da sociedade que comporta a interação entre os grupos organizados da sociedade, originários das mais diversas entidades, organizações, associações, movimentos sociais, etc.” (GOHN, 2003, p. 36). Em suma, a emergência da esfera pública possibilita novos debates até então tratado na esfera privada, reconfigura o papel do Estado e das ONGs oferecendo elementos para o conceito de governança. Este novo conceito é criado para dar vazão aos novos processos que as políticas de globalização impuseram.

A organização do trabalho, exemplifica Touraine, não é mais vista hoje como baseada em um conflito entre a lógica da gestão e a lógica dos trabalhadores defendendo sua autonomia individual e coletiva, mas como um sistema baseado na circulação da informação, de modo que o trabalho tornou-se mais uma posição em um sistema de comunicação do que um princípio de autonomia e subjetividade (PAOLI, 1991, p. 109).

Para fins de categorização e estudo, pode-se estudar os movimentos sociais a partir de algumas abordagens teóricas. A Histórico-cultural – marxista –, coloca os trabalhadores como sujeitos da transformação social, visando a formação de uma consciência social. A abordagem culturalista-identitária faz parte dos Novos Movimentos Sociais, destacando temáticas e ações pelo viés da cultura. Outra possibilidade é a Institucional/Organizacional – Comportamentalista, com raiz em teorias liberais, com a perspectiva de que os movimentos sociais atingem seus objetivos quando se transformam em organização institucionalizada (GOHN, 1997). Historicamente, os movimentos sociais são divididos entre os Velhos e os Novos. No grupo dos Velhos Movimen-

tos Sociais encontramos a luta campestre, dos trabalhadores, das cidades, por exemplo, que questionam o modo de produção de seu tempo. Os Novos Movimentos sociais enfatizam identidades e questões culturais – não questionando a estrutura –, tendo por característica serem fragmentados. A existência de um não anula a participação do outro, sendo denominados desta maneira apenas para determinar que as características de Novos Movimentos são recentes e correspondem aos anseios de uma sociedade pós-moderna.

NOVOS MODELOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E A REDE

Os Novos Modelos de Movimentos Sociais – NMM surgiram no século XX com duas possíveis finalidades, uma é a de complementar as lutas promovidas pelos clássicos movimentos sociais e a outra como movimentos alternativos que acabavam substituindo os movimentos até então tradicionais, como a luta de classe e os movimentos de partidos políticos da esquerda. O palco em que os NMM surgiram, tanto mundial quanto latino-americano, é de uma Guerra Fria que dividia o mundo nos blocos de socialistas e capitalistas, e também um momento de expansão do capitalismo no mundo (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010).

A busca de alternativas às lutas sindicais, tanto de orientação socialdemocrata quanto as articuladas à União Soviética, fez emergir, ao longo dos anos de 1960 e na abertura dos anos de 1970, e tendo como marco referencial os processos revolucionários, as ditaduras militares e o Maio francês de 1968, ações de resistência e ofensividade dos trabalhadores, que se evidenciavam não só por demandas por melhorias salariais, mas também por ações que contestavam a divisão hierárquica do trabalho, propostas de controle autogestionárias, chegando-se à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção. Essa ofensiva era resultado de ações que frequentemente ocorriam fora e mesmo contra as organizações sindicais e os mecanismos de negociação políticos instituí-

dos no pacto fordista-keynesiano, ficando conhecidas como “movimentos autônomos” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.264-265).

Portanto, é neste contexto marcado por revoluções e movimentos que surgem os Novos Modelos de Movimentos Sociais que segundo Bihl (1998, *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010) possuem duas características: a primeira é que as questões e mobilizações feitas pelos atores dos NMM não estão atreladas ao campo de trabalho ou de produção e a segunda é que esses movimentos são ‘antiEstado e antipartidários políticos’ (p. 266). Além das características, Bihl também aponta quais são os pontos positivos dos NMM e dentre eles está que estes movimentos passam a trazer em pauta demandas e assuntos que até então não eram colocados no cenário político como as questões de sexualidade, gênero, raça, religiosidade, ecologia, entre outras. Porém, ao mesmo tempo que traz estas demandas para discussão os novos movimentos acabam sendo limitados por não abordarem as questões em consonância com a lógica do capitalismo e seus reflexos sociais discutindo apenas questões secundárias resultantes deste sistema limitando o alcance político que os NMM poderiam ter. Outra limitação consiste na particularidade das demandas que acabavam formando grupos singulares que isolavam-se em suas causas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

(...) o fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes (BIHL, 1998 *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 266).

Portanto, diferente dos movimentos sociais clássicos, os novos modelos de movimentos sociais não possuem sujeitos homogêneos “(...) com um tipo de ação que não necessariamente se orientava estrategicamente e

que estavam sintonizados com os conflitos fundamentais da sociedade moderna” (GOULART, 2004, p. 106). Estes NMM estão dotados de um caráter inovador na forma como apresentam suas críticas à sociedade a respeito da ordem política e social e também democrática a partir de formas diferentes de participação vistas até então.

Uma destas formas de participação nova os NMM fizeram uso consiste na participação pela *rede* que nos dias atuais, segundo Castells (2010), está vivendo um período de transformação histórica e tecnológica a partir da fusão das formas de comunicação. Cardoso (2009) aponta que são três os modelos de comunicação: a comunicação interpessoal, a comunicação onde há um emissor e vários receptores e a comunicação de massa e adiciona um quarto modelo a esta lista: o modelo de comunicação em *rede* que consiste em um modelo que não vem para substituir o que já existe, mas para articulá-los. A comunicação em rede é “(...) uma reformulação permanente das relações entre *media*, articulando os de comunicação interpessoal (...) com os de massa (...)” (CARDOSO, 2009, p. 18). Este novo sistema de *media* está organizado em duas redes: a televisão e a internet e está envolto as forças de mudanças da globalização comunicacional, a própria articulação da rede e as formas disponíveis de interatividade.

(...) a capacidade da rede das redes (A Rede) é tal que uma parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea não organizada e diversificada em finalidades e adesão. De fato, os interesses comerciais e governamentais são coincidentes quanto ao favorecimento da expansão do uso da rede: quanto maior a diversidade de mensagens e de participantes, mais alta será a massa crítica da rede e mais alto o valor (CASTELLS, 2010, p. 439).

Este interesse massivo pela internet acabou tomando forma a partir da World Wide Web – WWW, uma rede flexível que tem em sua formação diversas redes na internet. A Web permite que os sujeitos se agrupem a partir de interesses em comum na *rede*. Portanto, o meio virtual e os equipamentos eletrônicos são adaptados pelo sujeito a partir das suas necessidades sendo utilizados de formas

diversas e para diversas finalidades (CASTELLS, 2010). Com a incorporação dessas novas formas de comunicação no dia-a-dia, cada sujeito começou a construir sua forma singular de comunicação de massa a partir de SMS, blog, vlogs, etc. A rede e os espaços sociais que estão inseridas nela estão se multiplicando cada vez mais e se transformando em uma sociedade virtual (CASTELLS, 2009).

Acerca desta sociedade virtual, informatizada e complexa que vivemos atualmente Warren (2003) aponta três dimensões que são importantes para refletir sobre a dinâmica dos movimentos sociais juntamente as *redes*. A primeira dimensão consiste na da sociabilidade por ser a partir dela que nos deparamos com ‘redes sociais do cotidiano’ que são construídas a partir de redes primárias “(...) que são penetradas por redes virtuais [...] e que em conjunto vão formando as novas identidades na era da informação” (p. 32). A espacialidade é a segunda dimensão, pois com o mundo globalizado os movimentos e os atores fazem parte de redes que estão constantemente tendo seu território redimensionado tanto de influência, como de ação. O mundial passa a fazer parte de ações locais. Por fim, a última dimensão colocada por Warren (2003) é a temporalidade, pois as redes de movimentos sociais tem como base ‘vários níveis de expressividade’ (p. 32) que tomam como base as três temporalidades (passado, presente e futuro). E para finalizar, apontamos as formas de organizações dos movimentos sociais na *rede* segundo Warren (2003). Para a autora existem duas formas de ações: uma é a de ‘*manifestações simbólicas massivas*’ que “(...) são respostas ao paradoxo da exclusão-inclusão social” (p.33). E a outra forma de ação consistem nas ‘*redes de comunidades virtuais identitárias*’ que:

São a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado. Estas comunidades são mais virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que formas de organizações coletivas centralizadas, e como exemplo disto temos as múltiplas redes que se tem organizado no espaço

cibernético (WARREN, 2003, p. 33)

Estas ‘redes de comunidades virtuais identitárias’ podem transparecer ‘referências simbólicas’, como ser um ‘canal de solidariedade’ e ter ‘relativa autonomia de ação’ e ser “referência de conhecimento de uma condição de sujeito e de um lugar de pertencimento eticamente qualificado na sociedade contemporânea (...)” (WARREN, 2003, p. 34).

ENTENDIMENTO DO SITE AVAAZ

Para esta descrição e breve análise¹ escolhemos nos determos sobre a maior organização internacional de mobilização *online*, viabilizado pelo site de petições *online* Avaaz. Criado em 2007 e sem sede física, o site funciona em 15 línguas diferentes e coloca na descrição de suas atividades como sua missão democrática “mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o Mundo que a maioria das pessoas querem” (AVAAZ, 2015).

Foi fundada pelo grupo global de apoio à cidadania Res Publica e pelo Moveon.org, comunidade virtual de ativismo online dos Estados Unidos da América - EUA. A função do site é de possibilitar qualquer cidadão lançar petições em causas que lhe pareçam adequadas, abrindo possibilidade para infinitos temas, que podem ser políticos, ambientais, pobreza, pessoais... É importante frisar que cada membro tem liberdade de escolher à quais causas quer se vincular, assinando petições que através de listas de e-mails, consegue ampliar seu público. O modelo *online* permite que qualquer pessoa com acesso à rede consiga assinar e divulgar as causas, ampliando o poder de luta das mesmas. Logo, caracterizando o Avaaz como instrumento de mobilização de um Novo Movimento Social, este recorre “a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, sendo agentes de pressão social, voltados para persuadir a socie-

dade civil” (ALONSO, 2009, p. 53).

Sendo sua principal atividade a realização de petições públicas, visam obter o maior número de adesões às causas em pauta. No Brasil, a ferramenta também pode ser baseada em uma das formas de participação popular direta prevista no artigo 14 da nossa Constituição Federal (1988): a iniciativa popular². Desse modo, a ferramenta ganha importância por revelar e ampliar debates que podem de fato alterar a realidade social envolvida na questão. Quem opera o sistema e atua como equipe profissional são voluntários. Entre atribuições do Avaaz, o mesmo explica que:

Se mobiliza assinando petições, financiando campanhas de anúncios, enviando e-mails e telefonando para governos, organizando protestos e eventos nas ruas, tudo isso para garantir que os valores e visões da sociedade civil global informem as decisões governamentais que afetam todos nós (AVAAZ, 2015).

Nestas falas, o próprio site revela utilizar a categoria de sociedade civil para mover suas causas. Também, mostra como se consideram agentes de mudanças nesta sociedade civil, operando como ponte entre o *online*, mobilização de rua e organização do movimento social envolvido. Como instrumento que angaria adesões por todo o país, se constitui – segundo o próprio Avaaz –, como uma ferramenta para transformação do que seria uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo informações do site, são 194 países envolvidos e interligados por este. No Brasil, se somariam mais de 3 milhões de membros. No Mundo, com um contador *online*, o número já se aproxima dos 42 milhões, com 228 milhões de ações. Entre os países que mais possuem membros estão Brasil e França. Logo no início das buscas pelo site, recebe-se a informação que o mesmo seria o mais contundente movimento de cunho glo-

1. Para esta análise, escolhemos nos utilizar da metodologia da Análise de conteúdo, quando se é realizada uma leitura mais aprofundada de elementos que permitem interpretar mensagens. Para Moraes (1999): A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

2. A iniciativa popular é a possibilidade que tem a população brasileira de propor um Projeto de Lei de forma direta para o debate no Congresso Nacional através do alcance de um por cento do eleitorado nacional, distribuídos por no mínimo cinco Estados com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988).

bal que já existiu: “com milhões de membros em todo o mundo, a Avaaz é o maior movimento global online da história” (AVAAZ, 2015). Observa-se como característica da ferramenta uma fragmentação de objetivos, já que ao abrir possibilidade para qualquer tipo de petição, ao mesmo tempo não se especifica em nenhuma causa. Como exposto por (MONTAÑA; DURIGUETTO, 2010), esta característica refere-se aos Novos Movimentos sociais, que buscam formas próprias de oposição frente a questões particulares reconhecidas como não satisfatórias e/ou problemáticas.

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 64).

O financiamento da ferramenta é 100% realizado por doações – segundo o próprio site, sendo que qualquer pessoa pode contribuir sem obter dedução do imposto de renda. A maioria das doações são pequenas, mas no total já] número considerável de pessoas, se pensarmos em oposição a movimentos institucionalizados e movimentos sociais clássicos. O acesso online não apresenta barreiras físicas, podendo, como no caso apresentado, reunir 194 países em si.

No entanto, a fragmentação de objetivos e propostas pode tender a enfraquecê-lo e/ou dar visão para algumas petições em detrimento de outras, já que dentro um universo de milhões de ações, se sobressaem e aparecem, tendo maior alcance, algumas poucas. Como ferramenta, se apresenta importante como proporcionadora de discussões e de participação, já que é de fácil acesso, registrada em várias línguas e não envolve dinheiro estatal. Deste modo, entende-se que ela cumpre um papel na sociedade pós-moderna. Porém, o próprio Avaaz reconhece que as mobilizações devem partir do online para o físico, a

medida que visando mudanças, as manifestações ainda precisam também acontecer nas ruas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço no debate**. In: Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- AVAAZ. Site: <https://secure.avaaz.org/po/index.php>
- BECKER, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções. IN LUIZ, D E C. **Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010.
- BOBBIO, N. (et al). **Verbete Sociedade Civil**. In: **Dicionário de Política**. 6ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CASTELLS, M. A cultura da virtualidade real: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas. In: **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009. Cap. 2, tópico “Autocomunicación de masas”, p. 99-108.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CARDOSO, G. Da comunicação de massa para a comunicação em rede. In: CARDOSO, G; CÁDIMA, F. R; CARDOSO, L. L. **Media, redes e comunicação: futuros presentes**. Lisboa: Quimera Editores, 2009, p. 15-35.
- DURIGUETTO, M. L.; MONTANO, C. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário**. **Libertas**. Juiz de Fora, v. 8. n. 2, p. 83 – 94. Julh./Dez., 2008.

- GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003, 3ª. Ed. (páginas: 153-160 e 195-213). _____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. Capítulo VII – Uma proposta teórico metodológica para análise dos Movimentos Sociais na América Latina.
- GOULART, Maria Stella Brandão. **De profissionais a militantes**: a luta antimanicomial dos psiquiatras italianos nos anos 60 e 70. 2004, 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**: segundo tratado sobre o governo. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- KARL, M; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Disponível em: < <http://www.psb40.org.br/bib/b26.pdf>> Acesso em: 20/11/2015.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** In: Revista Lua Nova, n °17. São Paulo, junho de 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 01/03/2015.
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. In: *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html Acesso em: 01/03/2015.
- NOGUEIRA, M. A. Modernidade e pós-modernidade: em busca do sentido da vida atual. IN **Revista Emancipação**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Serviço Social e Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR : Editora UEPG, v.12, n.1, jan./jun.2012, disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3362>
- PAOLI, Maria Célia. **As ciências sociais, os movimentos sociais e as questões de gênero**. In: *Revistas Novos Estudos* n° 31, outubro de 1991, p. 110-120.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**: ou princípios do direito político. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: *cultura e educação para a democracia*. 2ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.
- SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: Luiz, D. E. C. **Sociedade Civil e Democracia**: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras, Editora, 2010.
- WARREN, I S. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6501>> Acesso em: 01/03/2015.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v 21, n° 1, p 109-130. Jan/abr 2006.
- TOURAINE, A. **Production de la Société**. Paris, Seuil, 1973.

Recebido em 01 de agosto de 2015.
Revisões em 25 de novembro de 2015.
Aceito em 29 de fevereiro de 2016.